

“JOGO BOLA, ANDO DE BICICLETA E BRINCO COM MEUS AMIGOS”: o lazer das crianças da pracinha de Jardim Alegre

Rayana Pereira de Camargo¹

Paula Marçal Natali²

Ivaiporã, PR, Brasil

RESUMO: O lazer é uma dimensão da vida humana e uma das formas que este pode manifestar-se é através da brincadeira e do jogo, linguagem muito presente na infância. O objetivo desta pesquisa é discutir as características do lazer e da garantia deste, como direito infanto-juvenil das crianças moradoras de Jardim Alegre-PR. O estudo qualitativo foi realizado por meio de entrevistas com crianças a respeito do lazer que vivenciam, sobre jogos e brincadeiras e sobre suas expectativas em relação ao lazer. Concluiu-se que as crianças entrevistadas possuem inúmeras expectativas referentes ao lazer, apreciam o local público que brincam, mas anseiam por espaços públicos de qualidade, que correspondam às suas necessidades e que ofereçam equipamentos de lazer, reverberando em uma urgente demanda por participação social infantil nas reflexões e decisões sobre o lazer no município.

Palavras-Chave: Lazer. Infância. Direitos das Crianças.

“I PLAY BALL, RIDE MY BIKE AND PLAY WITH MY FRIENDS”: the recreation of children form de Jardim alegre’s town square

ABSTRACT: Recreation is a dimension of human life and one way it manifest itself is by means of games and child’s play, a form of language present throughout childhood. The goal of this research is to discuss some features of recreation and how they can be assured, such as the rights of children and teenagers living in Jardim Alegre-PR. We carried out a qualitative study containing interviews with children concerning whatever recreation they experience, the games they play and what expectations they have in regards to recreation. We concluded that the interviewed children withhold unmeasurable expectations as to their recreation, they enjoy the public site they play in, but long for quality public locations that live up to their needs and who offer recreation equipment, translating into an urgent demand for children’s social participation when debating and deciding about the town’s recreation agenda.

¹ Licenciada em Educação Física. Universidade Estadual de Maringá- Campus Regional do Vale do Ivaí. Email: rayana.pereira06@hotmail.com

² Professora do curso de Educação Física Universidade Estadual de Maringá- Campus Regional do Vale do Ivaí. Doutora em Educação. Email: pmnatali@uem.br

Keywords: Recreation. Childhood. Child's Rights.

“JUEGO A LA PELOTA, ANDO DE BICICLETA Y JUEGO CON MIS AMIGOS”: el ocio de los niños de la plaza de Jardín Alegre

RESUMEN: El ocio es una dimensión de la vida humana y una de las formas que se manifiesta es por medio del juego, un tipo de lenguaje muy presente en la niñez. El objetivo de este estudio es discutir las características del ocio y como garantizarlo, al ejemplo el derecho infanto-juvenil de los niños que viven en el Jardín Alegre-PR. Se realizó un estudio cualitativo a través de entrevistas con los niños a respecto del ocio que vivencian, sus juegos y sobre sus expectativas en relación al ocio. Se concluyó que los niños entrevistados poseen inúmeras expectativas referentes al ocio, les agrada el local público donde juegan, pero anhelan por espacios públicos de calidad, que correspondan a sus necesidades y que ofrezcan equipos para el ocio, reverberando en una urgente demanda por participación social infantil en las reflexiones y decisiones sobre el ocio en el municipio.

Palabras-Clave: Ocio. Niñez. Derechos Infantiles.

Introdução

Esta pesquisa trata do lazer infantil no espaço urbano, a partir das experiências relatadas por crianças que frequentam uma praça situada na cidade de Jardim Alegre, no Paraná, para brincar e jogar. O estudo versa sobre o lazer das crianças e suas brincadeiras e jogos em sua cidade, apresentando como principais categorias analisadas o lazer na infância e o lazer como direito das crianças garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

O brincar da criança, traço inerente a esta categoria geracional está presente em nossa organização social, podendo estar configurada no espaço urbano e no espaço rural. No caso deste estudo, voltamos nosso olhar para o brincar no espaço urbano, em uma pequena cidade: Jardim Alegre no Paraná, a qual, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) possui 12.324 mil habitantes numa área de 405.548 m².

As crianças da cidade de Jardim Alegre costumam brincar nas ruas, nas praças, nos quintais das casas, no estádio municipal e ginásio de esportes, brincam em grupos e muitas vezes sem a presença ou supervisão de adultos. Estes elementos ainda estão preservados no cotidiano do município que tem características de cidade de porte pequeno. Os espaços de lazer que a cidade possui atualmente, se resumem em três praças abertas, as quais duas são mais frequentadas pelos moradores e uma que se encontra em situação de abandono. A praça que tem um maior fluxo de movimento é a que fica localizada a Igreja Matriz, ela é frequentada por pessoas de várias idades, pois

neste espaço existem aparelhos da Academia para Terceira Idade³ (ATI), há um grande espaço de concreto, onde adolescentes costumam realizar atividades com skates e bicicletas. Próximo a esta praça há barzinhos, sorveterias e lanchonetes e nesses locais se concentram no seu tempo livre a maioria dos jovens de Jardim Alegre. A cidade possui apenas um Ginásio de Esportes, e é nele que pessoas de todas as idades praticam as modalidades esportivas, algumas com característica de treinamento esportivo, outras apenas como prática de esporte.

Em um bairro mais afastado deste local central e economicamente desfavorecido, chamado de bairro Pachulski, existe um gramado grande, ali crianças e adolescentes brincam de futebol com traves de gols improvisadas com tijolos. Outro local da cidade propício para o lazer é o Estádio Municipal Alzemiro Reck, lá as pessoas utilizam o espaço para fazer caminhada na pista de atletismo, atividade física na arquibancada e ocorre também treinamentos de uma escolinha de futebol para crianças e adolescentes. Este é o cenário dos espaços públicos de lazer da cidade estudada, além destes locais existe a “pracinha” que é o espaço focalizado neste estudo.

A “pracinha” tem o nome oficial de Praça Eduardo Tótolo, a qual se localiza em frente a uma escola de Ensino Fundamental I, a Escola Municipal Prof^o Dislon Teixeira Coelho. O espaço não possui nenhum equipamento de lazer específico, apenas bancos, árvores e um monumento de bolas gigantes de concreto e a escolha para a realização da pesquisa neste local é justificada por identificarmos uma grande concentração de crianças brincando ali diariamente. Assim, o espaço configura-se como um local onde algumas crianças do município vivenciam o lazer.

O lazer ali é vivenciado de diversas maneiras, mas a principal manifestação configura-se pela brincadeira, partimos do entendimento de lazer de Gomes (2004, p.125) que o compreende “[...] como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo conquistado pelo sujeito, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo”. Partindo desta concepção e entendendo as vivências lúdicas como uma vasta e extensa gama de manifestações culturais, neste estudo ressaltamos as manifestações dos jogos e brincadeiras infantis em um espaço público.

Este é um estudo situado e que busca realizar uma reflexão sobre o lazer da infância na atualidade de um grupo de crianças. No contexto estudado a cultura da infância que prevalece é a da brincadeira em grupos e ao ar livre ocupando um espaço público do bairro, entretanto, a influência das tecnologias e dos brinquedos industrializados e eletrônicos está presente neste cotidiano. Partindo da observação deste grupo de crianças delineamos o objetivo deste estudo que foi analisar as

³ ATI é a Academia da Terceira Idade, dispostas ao ar livre com diferentes aparelhos destinados a alongar, fortalecer e desenvolver a musculatura, além de trabalhar a capacidade aeróbica. As ATIs são voltadas para a categoria geracional dos idosos.

características presentes nas falas das crianças acerca do lazer e da garantia deste, como direito infanto-juvenil das crianças moradoras de Jardim Alegre-PR

Metodologia

O estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa, Lara e Molina (2011 p.5) apresentam um conjunto de características capazes de identificar esse tipo de pesquisa, destacando que a mesma "[...] possui atividades de investigação que se apresentam de forma específica e possuem características de traços comuns. Devendo-se perceber dois aspectos: as peculiaridades da pesquisa qualitativa e as modalidades dos tipos de investigação".

Na pesquisa qualitativa o pesquisador deve iniciar sua investigação alicerçado de uma fundamentação teórica geral, de uma revisão aprofundada da literatura em torno do tópico em discussão. Uma grande parte do trabalho se realiza no decorrer do processo de estudo. A necessidade da teoria surge diante das interrogativas que se apresentarão no decorrer do estudo (LARA e MOLINA, 2011). Neste artigo nos orientamos pelos estudos da sociologia da infância, lazer e direitos das crianças.

A forma utilizada para a organização da pesquisa foi o estudo de caso, que dedica-se a investigar uma específica situação, e um determinado fato, buscando conhecer em particular uma determinada unidade. Segundo Triviños (1987, p.133) estudo de caso "[...] é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente". Inicialmente observamos as características e atividades desenvolvidas pelas crianças na pracinha, rotinas de horários de ocupação e descrevemos estes elementos.

Após esta etapa, como técnica de coleta de dados fizemos entrevistas semiestruturadas com as crianças que frequentam a pracinha. Para esta técnica se constituir mais efetivamente e orientadas pelas diretrizes desenvolvidas para a pesquisa com a infância (SARMENTO, 2016; CORSARO, 2005) utilizamos como estratégia de abordagem inicial e aproximação das crianças na pracinha jogos e brincadeiras, elementos da cultura lúdica que identificamos nas observações preliminares do estudo.

Antes de iniciar as entrevistas realizamos 4 intervenções com jogos e brincadeiras com as crianças que frequentam a pracinha. Nestas intervenções as crianças foram convidadas a brincar coletivamente com jogos e brincadeiras propostos inicialmente pela pesquisadora e posteriormente também pelas próprias crianças que frequentam o local, assim pesquisadora e crianças foram se conhecendo brincando e jogando.

A partir deste contato estabelecido previamente foram elaborados e analisados os relatórios das intervenções com jogos e brincadeiras e em seguida, construímos o roteiro da entrevista semiestruturada que foi desenvolvido junto às crianças baseado nesta experiência prévia. Em relação a entrevista semi-estruturada, Triviños (1987, p.146) afirma que esta é caracterizada por "[...] questionamentos básicos que são apoiados em

teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes”.

O roteiro de entrevista foi desenvolvido com as crianças na praça Eduardo Tólo I, a “pracinha”. Neste local foram entrevistadas 16 crianças entre 07 e 11 anos moradoras do município de Jardim Alegre-PR que estavam brincando na pracinha. Para a entrevista ocorrer com as crianças, foi aplicado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE, entregue aos pais ou responsáveis de cada uma, para preencherem, autorizando a criança a participar do estudo, além disso, as crianças também concordaram em participar. Esta pesquisa foi submetida à apreciação do comitê de ética-COPEP da Universidade Estadual de Maringá e aprovada (n. 30178114.20000.0104). As entrevistas foram gravadas e posteriormente foram transcritas.

Para identificar a fala das crianças participantes da pesquisa e preservar seus nomes em sigilo, as identificamos na pesquisa com nomes de brincadeiras, doces e desenhos animados que remetesse ao que crianças gostam ou que lembrem o sujeito criança. Segue a lista dos nomes que utilizamos na escrita do texto: Criança 1: Leãozinho, Criança 2: Fofurinha, Criança 3: Brigadeiro, Criança 4: Balão Mágico, Criança 5: Jujuba, Criança 6: Figurinha, Criança 7: Amarelinha, Criança 8: Tomatinho, Criança 9: Elefante Colorido, Criança 10: Rapunzel, Criança 11: Pirulito, Criança 12: Ursinho, Criança 13: Lápis de cor, Criança 14: Branca de Neve, Criança 15: Estrelinha e Criança 16: Chiclete.

Visando analisar os dados, aplicamos o método de Análise de Conteúdo, a qual Bardin (1977) articula como um conjunto de técnicas de análise das comunicações. “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (p. 31). A partir desta análise destacaram-se as categorias analíticas: as características do lazer das crianças que frequentam a pracinha, a participação social e a infância e o direito ao lazer e a infância.

O lazer das crianças da pracinha de Jardim Alegre-PR

Estabelecemos aqui reflexões acerca do lazer infantil das crianças que frequentam a pracinha da cidade de Jardim Alegre- PR⁴. Como relatamos inicialmente realizamos o contato inicial com as crianças por meio de jogos e brincadeiras para a constituição desta pesquisa, pois partimos do entendimento de que todos somos produtores de cultura, e a cultura própria da infância e que ela produz prioritariamente é a cultura lúdica (BROUGÉRE, 1998).

⁴ Para melhor compreensão, as falas das crianças foram corrigidas conforme a norma-padrão. Nos trechos das entrevistas evidenciados no texto as partes em negrito referem-se às falas da pesquisadora e os trechos em itálico as falas das crianças.

Assinalamos que o universo das pesquisas necessita de um reordenamento no que tange a participação das crianças nos processos investigativos, assim como orientam os estudos da sociologia da infância. Discutindo sobre este cenário, Ferreira (2003, p.15) aponta:

[...] que a pesquisa tem sido sempre produzida e conduzida por adultos, tem predominado até hoje, uma perspectiva que ao olhar para as crianças de cima para baixo, não só as trata como meros objetos de estudo, procurando explicá-las por referência ao estado adulto e às suas formas de leitura e interpretação da realidade, como se fixa nas dimensões físicas do seu corpo - pequenez -, julgando a partir dali todas as suas outras competências, sejam elas cognitivas, afetivas, sociais.

No desenvolvimento das pesquisas, adultos podem tomar a voz das crianças, não permitindo que ela expresse sua opinião, seu pensamento, nem apresentando sua real identidade e personalidade. As crianças fazem parte da sociedade e por isso precisam ser ouvidas, estudadas, escutando quais são seus pensamentos e ideias e exercitando a reflexão sobre o que as crianças pensam com elas e sobre elas.

Apontamos assim que, uma metodologia participativa e efetiva com crianças pode ser estabelecida por meio de jogos e brincadeiras, tanto para a realização da pesquisa, quanto para que esta seja legitimada pela possibilidade da mediação lúdica, o que possibilitaria uma aproximação entre pesquisadora, crianças e a temática aqui estudada.

Destacamos também que a cidade em que foi realizada a pesquisa é pequena e as crianças conheciam superficialmente uma das pesquisadoras, em função da proximidade que esta reside da pracinha e da escola em que as crianças estudam. Assinalamos que a abordagem inicial realizada foi importante para a efetivação da pesquisa e para estabelecer uma relação mais próxima entre a pesquisadora e as crianças, o que entendemos como um elemento fundamental num processo de investigação que parte do princípio do respeito e do diálogo entre os pares implicados no processo do estudo.

Ao analisar as falas das crianças, observamos que a pracinha é o lugar preferido delas para brincar na cidade e faz parte de seu cotidiano brincar neste espaço. Sobre o que elas fazem no dia a dia, durante a semana nos contaram que:

"Eu brinco todo dia quase, aqui na pracinha" (Leãozinho).

"Eu sempre brinco mais aqui na pracinha" (Fofurinha).

"Brinco aqui na pracinha" (Jujuba).

*"Jogo bola, ando de bicicleta, brinco com meus amigos. **E onde você faz tudo isso?** Aqui na pracinha mesmo" (Lápis-de-Cor).*

É interessante observar o quanto a pracinha é algo significativo para as crianças, ali que elas vivenciam momentos de lazer no seu próprio bairro, próximo às suas casas e por vezes sob os olhares de adultos conhecidos e nas proximidades da escola. Elas

brincam na pracinha e esta vivência é imprescindível na formação humana das pessoas que compõe este grupo, pois entendemos que:

[...] a brincadeira expressa uma das formas mais sutis e sofisticadas de partilha de regras, por mais tácitas que sejam. Uma brincadeira entrecruza histórias, tempos e espaços. Não se brinca apenas com um objeto. Brinca-se com uma memória coletiva que muitas vezes transcende quem brinca e o próprio momento da brincadeira: objetos, tempos, substâncias, regiões, épocas, cidades, países, estações do ano, rituais, os mais amplos e ricos contextos humanos. Prefiro dizer que toda brincadeira consiste num jogo, no sentido mais pleno da construção de regras e instauração de uma dinâmica coletiva de significação de suas relações (DEBORTOLI, 2004, p.20).

As atividades que elas realizam neste espaço compõe o seu universo do lazer, bem como o espaço da pracinha influencia esta composição. Podemos afirmar que a qualidade dos espaços pensados para o lazer na cidade pode inicialmente priorizar espaços que já estão em processo de apropriação pela população, no caso da pesquisa, a população infantil que já toma a pracinha para si para brincar.

Gomes (2004, p. 124) elenca como possibilidades do lazer “O jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte, pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema [...]”. Destacamos que, os elementos citados por Gomes (2004) acerca do lazer estão presentes nas falas das crianças entrevistadas na pracinha.

“Eu jogo bola com todos os meus amigos aqui” (Leãozinho).

*“Brincar. **Do que você gosta de brincar?** Rela-Agacha [...] Brincar de esconde-esconde. **Onde?** Aqui na pracinha. **Mais alguma coisa que você faz no seu tempo livre?** Nós andamos de bicicleta aqui” (Amarelinha).*

*“Eu gostaria de ler e pensar. **Pensar no que?** Imaginação. **Imaginar o que?** Que eu estava na praia, bebendo coco” (Branca de Neve).*

Observamos que as crianças vivenciam a sua cultura lúdica de diferentes maneiras, brincam, jogam, se divertem, se movimentam. Não ficou explícito que as crianças entrevistadas deixam de brincar ao ar livre para ficar somente com as tecnologias, mas relataram que elas têm acesso a computadores e celulares. Mas em outros momentos da entrevista afirmaram que a pracinha e estar/brincar ao ar livre estão presentes em suas preferências, segundo as observações e entrevistas realizadas.

*“Vou para escola, brinco aqui na pracinha, vou lá na minha vó lá na hora do almoço. **E o que você faz lá na sua avó?** Ah, eu vou lá assistir TV, vou almoçar lá as vezes... jogar vídeo game com meu primo, quer dizer com meu tio C.” (Jujuba).*

*“Eu brinco, jogo vídeo game, fico no computador. **Com quem você brinca?** Ah as vezes eu brinco no vídeo game com meu irmão” (Leãozinho).*

O ambiente que privilegia o lúdico pode proporcionar ao indivíduo criar e estabelecer uma relação positiva com a cultura: o brincar é essencial porque brincando o

sujeito nutre seu potencial de criação e realiza o exercício da criação coletiva e individual. Brincar é visto como um mecanismo psicológico que garante ao sujeito manter uma certa distância do real. No brincar é possível ver o princípio do prazer oposto ao princípio da realidade (BROUGÉRE, 1998).

Na pracinha, durante as brincadeiras, a criação de novas regras e situações de jogo ocorreram diversas vezes na abordagem inicial da pesquisa, com a constante intervenção das crianças junto à pesquisadora, por exemplo, quando as crianças a incluíram rapidamente na criação de atividades baseadas em movimentos da ginástica.

A constituição do lazer das crianças entrevistadas na cidade de Jardim Alegre-PR, tem suas características influenciadas pelas condições sócio-econômicas da família a qual pertencem. Sobre espaços de lazer privados as crianças entrevistadas contam sobre um clube da cidade que algumas frequentam, além da pracinha.

"Eu brinco. Do que? De futebol. Onde? No campinho. Qual campinho? Do clube. Ah sim, mas você paga para entrar no campinho ou você entra de graça? Eu pago" (Pirulito).

"No Clube da Piscina mesmo. E o que tem lá de divertido? Ah, tem o tobogã⁵ e a piscina, aí tem um barzinho lá, daí tem coisa pra comer, chiclete, doce, refrigerante, essas coisas..." (Fofurinha).

Marcellino, Barbosa e Mariano (2007) retratam este aspecto quando dizem que o lazer não é um privilégio que todos podem ter acesso, no caso algumas crianças que relataram conhecer e frequentar este clube, pagam por isso. Assim, se não tivermos uma intervenção de políticas públicas, conseqüentemente, uma parte da população não terá acesso ao lazer, pois não têm subsídios econômicos para desfrutá-lo.

Allen e Marcellino (2010) relacionam o aspecto espaço para o lazer através de uma pesquisa de informações básicas municipais realizada pelo IBGE em 2008 apontando que a grande maioria das cidades brasileiras não possuem espaços e equipamentos específicos e suficientes de esporte e lazer. Esses poucos espaços, geralmente são mal distribuídos pelo espaço urbano das cidades.

É preciso que se cobre do poder público a implementação de políticas de lazer, [...] que sejam capazes de transformar e resignificar a cidade num espaço urbano de qualidade. Políticas essas que privilegiem a construção de espaços e equipamentos de esporte e lazer, bem como sua manutenção, programação de atividades, divulgação, incentivo à utilização, a conservação e revitalização dos equipamentos já existentes. (MARCELLINO, 2006 *apud* ALLEN; MARCELLINO, 2010, p.1).

Parte-se do entendimento de que na atualidade é predominante o lazer consumo, o qual nem todas as crianças podem pagar para desfrutá-lo, restando para elas os espaços públicos, pracinhas municipais, quadras da escola, gramados nos bairros que utilizam para jogar futebol ou até mesmo a rua como espaço para brincar, ou seja, tem reduzida suas opções, e possibilidades de lazer, pois nem sempre estas opções estão

disponíveis ou são seguras, como no caso do espaço investigado, que não foi pensado para e com as crianças e seu brincar.

Algumas crianças entrevistadas apontam que utilizam como espaço para brincar os aparelhos da Academia da Terceira Idade (ATI) localizada na praça principal da cidade, um outro espaço longe de suas casas, que se caracteriza como uma “academia” ao ar livre que não foi construída para a utilização de crianças e que as crianças entrevistadas frequentam e brincam:

*“Sabe ali na igreja não tem um negócio de fazer ginástica? **Tem.** Então, é ali” (Branca de Neve).*

*“Na praça nos brinquedos lá, lá não precisa pagar, lá dá pra brincar. **Quais brinquedos que tem lá? Aquelas coisas de ginástica” (Estrelinha).***

As crianças ao responderem sobre onde mais gostam de ir na cidade de Jardim Alegre, além da A.T.I. e da “pracinha”, local onde brincam, demonstram que desconhecem outros espaços de lazer desta, não sabem as possibilidades existentes de lazer na/da cidade, que são muito restritas e citam as ruas como espaço possível para o brincar.

*“**Você gosta de brincar onde nos finais de semana?** Ah, no mesmo lugar, aqui na pracinha...” (Leãozinho).*

*“Ah eu gostaria de... de só brincar, só brincar, só brincar... **Onde?** Em qualquer lugar daqui de Jardim Alegre. **Quais Lugares?** Na pracinha, na casa do meu primo e ali na rua do meu amigo” (Jujuba).*

*“Único espaço aberto que eu tenho aqui é aqui na escola. **E tem mais algum lugar que você gosta de ir aqui na cidade?** Aqui na cidade sim é ali na, ali pertinho da casa da T., ali tem uma esquina né, daí nós ficamos brincando lá” (Rapunzel).*

Assinalamos a valorização da pracinha como espaço das crianças brincarem, mesmo que não esteja em boas condições no que se considera um bom equipamento de lazer, mas ainda assim, estas crianças estão brincando ao ar livre e em grupo e não prioritariamente consumindo lazer ou trancadas em casa com jogos eletrônicos. A forma que brincam e se organizam na pracinha foi pensada por elas, constituídas por coisas que elas desejam, entretanto elas têm expectativas para este local e tem planos para ele. Desta forma, apontamos a necessidade das crianças participarem das decisões referentes ao seu contexto de vida e exercitarem a reflexão sobre o lugar em que desenvolvem sua cultura lúdica.

Marcellino (2007, p.49) explica a importância do estudo, diálogo e discussão referente a categoria geracional infância e o lazer afirmando que em geral pouco tem se reivindicado o direito das crianças neste contexto: “É gozado. Há feministas e machistas, há ecologistas e comunistas, há socialistas e nacionalistas, há capitalistas e outros. Só não há criancistas”. Compreendendo essa reflexão a partir do viés de que em muitos

tempos e espaços não se têm valorizado nos estudos e nas políticas públicas de lazer a participação infantil nos processos decisórios.

Para esta análise partimos então, do conceito de participação social de Müller (2012) que afirma que toda sociedade possui regras, a participação depende das regras, o primeiro passo é conhecê-las, em seguida ver se concordamos com elas, se não estivermos de acordo decidimos entre obedece-las ou não, para então elaborar propostas para a transformação das regras indesejáveis, as crianças precisam conhecer esta possibilidade de participação. Ressaltamos a necessidade da participação social infantil e no caso da manifestação cultural pesquisada reflexões e decisões sobre o brincar no espaço urbano.

Assim, valorizamos a apropriação pelas crianças da "pracinha" para o desenvolvimento de seus jogos e brincadeiras, mas apontamos a necessidade de avançar na participação social das crianças, para poderem sonhar, projetar e interferir ativamente na sua presença na cidade, na constituição de suas várias dimensões, entre elas o lazer. Reiteramos a ideia de que a participação social se ensina e que é tarefa do mundo adulto criar espaços para esta participação e escuta da e na infância.

O processo de participação e reflexão sobre o mundo, sobre a cidade, sobre o lazer e tantos interesses e direitos infanto-juvenis não precisam estar distanciados das crianças, pelo contrário, pode ser por exemplo, realizado a partir de sua principal expressão cultural, como relatado aqui no estudo, por meio das brincadeiras.

Infância, lazer e seus direitos

Os debates sobre os direitos das crianças devem ser amplos e incluir o direito ao lazer, como previsto na legislação mundial e brasileira. Entretanto apontamos um distanciamento das discussões do direito ao lazer especificamente no que tange a infância. Diante do que constatamos dialogando com as crianças que participaram da pesquisa e da observação dos espaços de lazer constituídos na cidade de Jardim Alegre, nos deparamos com a necessidade de nos dedicarmos a esta temática na pesquisa.

Partimos da premissa de que a criança é um sujeito de direitos e prioridade absoluta. Müller (2010) aponta que a primeira lei que se volta e faz menção a categoria geracional infância no Brasil é a lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871, que em seu artigo 1 explicita que: "[...] os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre". Posteriormente, no século XX, o Brasil teve uma lei para atender as crianças e os jovens, o Código de Menores, aprovado em 1927. Este colocava o dever centralizado no Estado em zelar de crianças órfãs, abandonadas ou que cometeram alguma infração, aquelas consideradas em "situação irregular", sem escola, família, sem atendimento de saúde, etc. (MÜLLER, 2010).

O Código de Menores de 1927, entretanto, era radical em seus conceitos, ou seja, mesmo se a criança não cometesse nenhuma infração ou crime era considerada

delinquente ou marginal pelo fato de ser abandonada ou estar em condição de pobreza, assim era punida e repreendida pelo sistema. Caracterizando-se como uma lei para crianças pobres, partindo de um paradigma de atuação punitivo, “O Código de 27 trazia uma visão da infância como incapaz e perversa” (MÜLLER, 2010, p.64).

Diante de inúmeras denúncias e escândalos de maus tratos em instituições voltadas para o cuidado de crianças e adolescentes sob tutela do Estado, houve uma reformulação do Código de 1927, assim é promulgado no Brasil o Código de Menores, de 1979 (Lei 6.697, de 10/10/79), que adotou a doutrina de Proteção ao Menor em Situação Irregular, que cuidava dos casos de abandono, a prática de infração penal, desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal.

Esta lei cuidava somente do conflito já acontecido e não da prevenção. Era instrumento de controle de crianças e adolescentes vítimas de omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. Portanto, crianças e adolescentes não eram sujeitos de direitos, mas sim objeto de medidas judiciais (MÜLLER, 2010).

Foi então que houve a necessidade que uma nova lei fosse criada para as crianças e adolescentes, lei essa que as compreendesse como pessoas em pleno desenvolvimento e indivíduos de direitos fundamentais com absoluta prioridade de proteção pelo Estado, pela família e pela sociedade em geral.

No conjunto de observações, segundo Rizzini e Barker (2001), os principais fatores que contribuíram para a queda do Código de Menores de 1979 e a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram:

- Processo de redemocratização do país;
- Forte mobilização da sociedade civil, especificamente de atores envolvidos no MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), em defesa da criança e do adolescente brasileiros, de modo que esse segmento etário fosse percebido como cidadão;
- Implantação da Constituição de 1988. Nesta legislação a criança e adolescente são sujeitos de direitos, isto está garantido na Constituição Federal de 1988, inclusive abrangendo o âmbito do lazer:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

- Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança de 1989;

- Processo de implantação do neoliberalismo.

Todo este contexto político e social no país contribuiu para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e, sobre o aspecto do lazer, o estatuto contém diversas menções sobre os direitos de lazer público de qualidade para as crianças e adolescentes, bem como o direito a brincar, jogar e divertir-se.

O artigo 4º do mesmo documento faz a primeira afirmativa sobre este aspecto:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

O ECA também se refere ao lazer como direito, especificamente o artigo 9º, coloca o posicionamento dos municípios e Estado com o dever de estimular e garantir a destinação de "recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude" (BRASIL, 1990).

Assim, as expectativas das crianças no que tange o lazer devem ser efetivadas como uma política pública, e elas em nossa pesquisa contaram sobre suas expectativas e desejos a respeito do lazer e apresentam compreender que o espaço de lazer da "pracinha" poderia ter a interferência das crianças e ser modificado e melhorado. Elas dizem:

*Um lugar para andar de skate com meus amigos. **Aonde mais ou menos que você gostaria que tivesse esse lugar aqui em Jardim? Aqui. Aqui na pracinha? É, aqui na pracinha.** (Fofurinha)*

*Gostaria que tivesse um lugar cheio de computador e vídeo game lá dentro, de graça... **Hum! E você gostaria que tivesse mais alguma coisa? E também...**Gostaria que tivesse um campo pra jogar aqui na praça, naquele lugar lá ó... (Apontando uma data vazia do lado da pracinha). **Gostaria que tivesse um campo ali? É...com gol e tudo...**(Brigadeiro).*

*Um parque de diversão. **Que jeito?** Assim, com aqueles brinquedos que tem assim no parque sabe (Balão Mágico).*

Destacamos a fala do Figurinha, ao dizer: "Não tem muita coisa aqui, o melhor lugar é aqui mesmo, na pracinha..." esta fala expressa como a criança gosta de estar na pracinha, este fato poderia ser o início de valorização deste lugar, onde a intervenção com políticas de lazer seja feita pelo município, a fim de pensar, debater e agir através de recursos investidos na área de lazer público.

A efetivação destes direitos que já estão garantidos nas leis, podem ser garantidas através da consolidação das políticas públicas de lazer. Ao nos referirmos à questão de políticas públicas de lazer, partimos do entendimento de que deve ser

contemplado o contexto infantil nesta formulação, propomos assim, uma ampliação da compreensão comumente desenvolvida nos municípios de pensar e realizar as políticas.

Quando tratamos da política, Bramante (2004, p.86) destaca-a como “[...] um processo de fundamental importância na tomada de decisão, seja no planejamento, na organização, na direção, seja controle das ações voltadas para determinado objetivo a atingir”. O mesmo autor aponta que as políticas podem ser consideradas como “guias para a ação e não a ação em si, assim como geram caminhos para atingir determinados objetivos, não sendo objetivos em si. Logo, as políticas são maneiras de agir” (p.86) buscando também a efetivação dos direitos.

Apontamos desse modo, que as políticas em relação ao lazer devem ser potencializadas em nossa organização social, ela não pode ser pormenorizada e colocada em segundo plano. Intervenções neste sentido precisam ser feitas nos municípios brasileiros e no caso do município estudado, isto é urgente. É fundamental pensar, debater e agir na área do lazer público, estabelecendo parâmetros e ações junto à população e investir em recursos materiais e humanos na área do lazer buscando que as pessoas usufruam deste direito e vivenciem outro lazer para além do lazer consumo.

No cenário brasileiro a partir da década de 1980 observa-se por parte do governo uma atenção maior com as políticas de lazer, mas infelizmente, na maioria das vezes, as leis que sancionam esse assunto se restringem ao papel e não implementadas de forma concreta, e quando são, não perduram por muito tempo, basta apenas a mudança de uma gestão para outra que as políticas de lazer já não permanecem em continuidade e se desfaçam (BRAMANTE, 2004).

Afirmamos que um passo fundamental para a efetividade deste âmbito é que as crianças, jovens e adultos conheçam e compreendam que possuem direito ao lazer, e possam reivindicar por políticas de lazer com durabilidade, e que não se modifiquem a cada governo, cobrando do poder público, espaços e estruturas para diversão, entretenimento, ócio, recreação ou repouso.

Este é um exercício de aprendizagem, não pode se constituir de uma ação esporádica de debate sobre direitos, a participação social é uma ação que deve ser desenvolvida e aprendida em diversos âmbitos educativos- não apenas no escolar- e em diferentes tempos da vida dos indivíduos.

Interessante ressaltar que cinco crianças que participaram da pesquisa (Balão Mágico, Amarelinha, Elefante Colorido, Ursinho, Estrelinha) gostariam que tivesse em sua cidade um parque com brinquedos, e a cidade de Jardim Alegre não possui nenhum aberto ao público. O que elas utilizam como brinquedos de parque são os aparelhos destinados a ginástica da Academia da Terceira Idade (ATI), que não foram pensados para brincadeiras, nem para crianças e menos ainda pensados por elas.

A constatação desta vontade por parte das crianças e a ocupação delas no aparelho criado para ginástica desvela uma possibilidade de intervenção na área do lazer, elas estão nos “contando” com esta apropriação de um espaço público que não foi

criado para elas, que desejam e ocupam um espaço de lazer modificando-o. Estaria aí no nosso entendimento uma grande oportunidade de participação social infantil nas políticas de lazer no espaço urbano.

Em relação à participação social da infância, há uma ambiguidade quando tentamos discutir o fato das crianças terem pensamentos, desejos e vontades autônomas e muitas vezes são negadas perante a sociedade, negando assim sua participação social.

Marcellino (2007) explica a situação com um exemplo muito comum. A criança tem a capacidade de imaginar um objeto como um brinquedo em diversas ocasiões, geralmente aquele objeto que o adulto vai jogar fora, selecionando-o como lixo é o que a criança imagina como um brinquedo mais fantástico, assim a infância acaba ganhando rótulos de "inúteis", "inadaptadas" e "marginalizadas". Ou seja, ao mesmo tempo que ela é considerada um ser de imaginação fértil é também rotulada como um indivíduo inútil por brincar com coisas que para os adultos é insignificante. "Desta perspectiva, a criança é vista apenas como promessa, um adulto potencial, em que se deve investir, o que gera inutilidade da infância" (MARCELLINO, 2007, p.55).

Todavia, ressaltamos novamente a importância em ouvir as opiniões das crianças e deixar que elas digam o que pensam, já que a criança é um ser que imagina, cria, fantasia, fazendo-se necessário escutar o que elas têm a dizer diante do contexto onde elas mesmas estão inseridas, transformando-as em sujeitos ativos dentro da sociedade. É imprescindível a participação social e esta dá-se segundo Müller (2012, p.9) como "[...] A possibilidade dos sujeitos intervirem no que diz respeito às suas vidas".

Esta escuta qualificada da infância é uma tarefa educativa, não reivindicamos esta ação como concessão da palavra que o adulto faz a criança, e sim como uma ação inerente à potencialização das relações entre as diferentes gerações de forma respeitosa e valorizando os conhecimentos inerentes a cada tempo e contexto em que os sujeitos estão inseridos, sejam eles adultos ou crianças.

Conforme a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) "a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação; a sociedade e as autoridades públicas esforçar-se-ão para promover o exercício deste direito" (1959). A partir do estudo realizado podemos apontar que nas falas das crianças de Jardim Alegre-PR, este direito precisa ser potencializado, visualizado e aprendido pela cidade como um todo para ser possível de concretização.

Marcellino (2007) destaca que indiferente da classe social da criança, é fundamental que ela vivencie o componente lúdico de sua cultura, mesmo reconhecendo as divergências entre poderes aquisitivos e situações financeiras. "Acredito que negar a possibilidade de manifestação do lúdico é negar a esperança. E ao negar a esperança para a faixa etária infantil, a sociedade nega para si, como um todo, a esperança de um futuro novo" (MARCELLINO, 2007, p.53). Esta negação da manifestação do lúdico parte

do concreto, das ações rejeitadas e da invisibilidade dos anseios e da participação infantil no contexto dos espaços de lazer no município estudado.

Considerações

O presente trabalho teve como eixo central a discussão das características do lazer infantil e as expectativas em relação a sua constituição numa determinada região da cidade de Jardim Alegre-PR. A região pesquisada foi no entorno de uma pracinha pública frequentada por muitas crianças desta pequena cidade, este local fica em frente a escola onde muitas delas estudam.

Apontamos que a partir da escuta das crianças que frequentam a pracinha estudada, foi possível afirmar que estas têm diferentes e inúmeras vivências do brincar, elas adoram brincar e gostam da pracinha, espaço que ocupam com alegria. Na pesquisa evidenciou-se que é o lugar preferido delas na cidade para brincar e elas se apropriam deste local, mesmo este não sendo constituído para este fim.

Nas entrevistas as crianças apresentam propostas para que algo seja construído neste espaço onde brincam, com mais ênfase na construção de parques com brinquedos, campinhos de futebol. Assinalamos que é muito importante e interessante que elas ocupem este espaço para brincar e que fazem isso com bastante frequência, mas tem planos e desejos para que este seja melhorado.

Entretanto, a restrição do direito ao lazer público compõe o cenário da cidade de Jardim Alegre-PR o que é refletido nas falas das crianças. Estas crianças apreciam o espaço, gostam dele, mas conhecem pouco, outras possibilidades de vivenciar o lazer no município, justamente por serem muito escassos. Este gostar do local não as impede de não concordar com a situação que o espaço de lazer se encontra, por isso apresentam propostas para transformar este espaço e contribuir para a configuração do lazer na cidade de Jardim Alegre-PR.

As crianças estão neste espaço e reconhecem que o local precisa e pode ser modificado, entretanto, não possuem conhecimento dos trâmites para ter sua participação e opinião ouvida e como acionar o poder público, esta tarefa é dos adultos, são os adultos, em nossa organização social atual que podem ensinar as crianças quais são os espaços de participação social e que as crianças devem estar incluídas nele, por exemplo na esfera dos conselhos municipais de direitos das crianças e adolescentes.

Apontamos para a necessidade da configuração da participação social de crianças e adolescentes em diferentes esferas da vida pública. Esta participação tem como pressuposto o entendimento inicial de que as crianças são sujeitos de direito e produtoras de cultura e no caso deste estudo ressaltamos o direito ao jogos, às brincadeiras e às diferentes esferas do lazer garantidas nas legislações brasileiras vigentes. As crianças da pracinha de Jardim Alegre-PR brincam e aspiram por novas vivências e pela ampliação do direito ao lazer infantil no município.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Stela Marcia; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer em Praia Grande/SP observações iniciais acerca da democratização. **Mostra acadêmica UNIMEP**, 8, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1977.
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Política de Lazer. *In*: GOMES, Christianne Luce. **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.
- BRASIL. **Lei n. 2040**, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm Acesso em: 27 ago 2019.
- BRASIL. **Lei n. 6697**. De 10 de outubro de 1979. Dispõe sobre o Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 27 ago 2019.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 abr 2017.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 jun 2017.
- BROUGÉRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. **Revista da Faculdade de Educação**, v.24 n.2 São Paulo July/Dec. 1998 disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-25551998000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 03 ago 2017.
- CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 junho 2017.
- DEBORTOLI, José Alfredo. Brincadeira. *In*: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 19-24.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer – Ocorrência Histórica. GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FERREIRA, Maria M. M. Os estranhos “sabores” da perplexidade numa etnografia com crianças em Jardim da Infância. *In*: CARIA, Telmo (Org.). **Experiência etnográfica em ciências sociais**. Porto – Portugal: Afrontamento, 2003. p. 149-166.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acesso em 08 agosto 2017.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. Pesquisa Qualitativa: Apontamentos conceitos e tipologias. LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. **Metodologias e Técnicas de Pesquisa nas áreas de ciências humanas**. Maringá: Eduem-Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da Animação**. 7.ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena. Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – Relações e possibilidades. **Licere**, Belo Horizonte. v.10, n.3, dez. 2007.

MÜLLER, Verônica Regina. Direito das crianças: trilhas e sendas para a Educação Física. In: LARA, Larissa Michelle (org). **Abordagens Socioculturais em Educação Física**. Maringá: Eduem, 2010.

MÜLLER, Verônica, Regina. **A participação social e a formação política**: Territórios a desbravar. Bruxelas: Dynamo Internacional- Street Work Training Institute, 2012.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary. **Crianças, adolescentes e suas bases de apoio**: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. CESPI/USU Universidade Santa Úrsula, 2001.

ONU. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html> . Acesso em: 01 abr. 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da Infâncias nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Disponível em: <http://proferlaotrabalhosalunos.pbworks.com/w/search?q=as%20culturas%20da%20infância>. Acesso em: Out, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Editora: Atlas S.A, 1987.

Endereço para correspondência

Universidade Estadual de Maringá- Campus Regional do Vale do Ivaí-PR
Avenida Espanha. S/N. CEP: 86870-000
Ivaiporã-PR

